

Programação para Juristas

PROF. MATHEUS SILVA

2020-09-14

O que é a “programação para juristas”?

- Questionário: <http://bit.ly/PJ20201>.
- Não há *certo* ou *errado*, *bom* ou *ruim*.
- Responder de maneira *individual* e *sincera*!
- Para a pergunta n.º 1: *1 significa o mínimo e 5 significa o máximo*.

O que é a “programação para juristas”?

- Conhecimento sobre tecnologia em geral
- Saber o básico sobre como um software funciona
- Desmistificar a tecnologia – “algoritmos” ou IA
- Criação de ferramentas para automatizar tarefas simples
- Mercado de “advogados-programadores” em alta
- Apresentação de novas tendências na área da tecnologia

Quais são os pré-requisitos?

- Portátil (*qualquer marca, qualquer sistema operacional*)
- Raciocínio lógico (*ou ao menos interesse*)
- Conhecimentos de alguns comandos (*se não souber, relaxe*)
- Acompanhamento pelo material a ser disponibilizado
- **Perguntar quando houver dúvidas**
- Programas instalados no computador (*explicação posterior*)

Por que programar?

- Estímulo à criatividade
- Abundância de computadores – por quê não utilizá-los a seu favor?
- Computadores são feitos para realizar *tarefas repetitivas*
- Solução de problemas do dia a dia – *utilizador vs. programador*
- Receber algum dinheiro em troca – *em 2018 programadores da Apple Store receberam o equivalente a 31 mil milhões de euros*
- 3 milhões de programadores em todo o mundo – *média de 860 euros por mês*

Há relação entre Direito e programação?

- Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto (Lei de Proteção de Dados – <https://dre.pt/application/file/a/123813850>)
- Art. 37.º, n.º 1 – “contraordenações muito graves”
 - c) O incumprimento das regras relativas à prestação do consentimento previstas no artigo 7.º do RGPD

Há relação entre Direito e programação?

- Art. 37.º, n.º 2 – punições às contraordenações muito graves
 - a) De 5.000 € a 20.000.000 € ou 4 % do volume de negócios anual, a nível mundial, conforme o que for mais elevado, tratando-se de grande empresa;
 - b) De 2.000 € a 2,000.000 € ou 4 % do volume de negócios anual, a nível mundial, conforme o que for mais elevado, tratando-se de PME;
 - c) Coimas de 1.000 € a 500.000 €, no caso de pessoas singulares.

Há relação entre Direito e programação?

- Crime, artigo 46.º: utilização de dados de forma incompatível com a finalidade da recolha
 - 1 – Quem utilizar dados pessoais de forma incompatível com a finalidade determinante da recolha é punido com pena de prisão até um ano ou com pena de multa até 120 dias.
 - 2 – A pena é agravada para o dobro nos seus limites quando se tratar dos dados pessoais a que se referem os artigos 9.º e 10.º do RGPD.

Há relação entre Direito e programação?

“Traduzindo” o art. 37.º para uma linguagem de programação (imprópria):

SE <agente de tratamento> não cumprir regras de consentimento:

SE <agente de tratamento> == “pessoa singular”:

Aplicar(coima de 1.000 € a 500.000 €)

SENÃO, SE <agente de tratamento> == “PME”:

Aplicar(coima de 2.000 € a 2,000.000 €)

SENÃO, SE <agente de tratamento> == “grande empresa”:

Aplicar(coima de 5.000 € a 20.000.000 €)

Há relação entre Direito e programação?

- O mesmo com o art. 46.º:

pena_art_46 = [(pena prisão até 1 ano) ou (pena multa até 120 dias)]

SE utilização de dados != finalidade da recolha:

Aplicar(pena_art_46)

SE <dados pessoais> == art_9_ou_art_10:

Aplicar(pena_art_46 * 2)

- O “código” acima tem um erro – qual?

Há relação entre Direito e programação?

- Código correto:

pena_art_46 = [(pena prisão até 1 ano) ou (pena multa até 120 dias)]

SE utilização de dados != finalidade da recolha:

SE <dados pessoais> == art_9_ou_art_10:

Aplicar(pena_art_46 * 2)

Aplicar(pena_art_46)

- Este é um exemplo do *raciocínio lógico* ao qual anteriormente se referiu.